

C R I S T I A N I S M O E C U L T U R A
BROTÉRIA

VOLUME 186

5/6

MAIO/JUNHO 2018

DIRECTOR *António Júlio Trigueiros, SJ*

CONSELHO DE DIRECÇÃO *António Vaz Pinto, SJ*
Francisco Sassetti da Mota, SJ
Vasco Pinto de Magalhães, SJ

CONSELHO DE REDACÇÃO *Carlos Capucho*
Carlos Maria Bobone
Francisco Malta Romeiras
Francisco Sarsfield Cabral
Guilherme d'Oliveira Martins
Henrique Leitão
Joaquim Sapinho
José Carlos Seabra Pereira
Manuel Braga da Cruz
Margarida Neto
Miguel Corrêa Monteiro

RECENSÕES *Carlos Maria Bobone*

SECRETARIADO *Isabel Tovar de Lemos*

DESIGN GRÁFICO *Teresa Olazabal Cabral*

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS *Minhografe – Artes Gráficas, Lda.*
Braga - Portugal

PROPRIEDADE *Brotéria – Associação Cultural e Científica*
NIPC 503312070

DIRECÇÃO *Rua Maestro António Taborda, 14*
ADMINISTRAÇÃO *1249-094 Lisboa - Portugal*
ASSINATURAS *Tel.: 21 396 16 60 - Fax: 21 395 66 29*
E DISTRIBUIÇÃO *E-mail: broteria@gmail.com*
Site: www.broteria.pt

ASSINATURA 2018: Portugal: 55 € • Europa: 90 € • Outros países: 95 €

NÚMERO AVULSO: Portugal: 7,50 € • Europa: 10 € • Outros países: 12 €

NÚMEROS ATRASADOS (+3 ANOS): Preço actual

IBAN: PT50 0007 0101 00461660002 25

ISSN 0870-7618 • Depósito Legal 54960 / 92 • Tiragem: 1100 exs.

Revista Mensal Publicada pelos Jesuítas Portugueses desde 1902

A igreja na cidade, serviço e acolhimento

Arquitectura portuguesa 1950-1975

*João Luís Marques**

Os estudos que constituíam até há pouco o estado da arte propunham uma leitura global em que a arquitectura religiosa moderna realizada no nosso país surgia apenas pontualmente, associada sobretudo a obras isoladas e de especial qualidade. Vistas como expressão e reflexo do seu tempo, essas obras estavam preferencialmente ancoradas em referências estrangeiras modernas ou, noutros casos, entendidas como afirmações de uma nova arquitectura moldada ao contexto do lugar, ou seja, quadro alternativo aos modelos mais divulgados do Estado Novo.¹ Por outro lado era atribuída pouca relevância disciplinar a essas obras, uma vez que a proximidade da Igreja ao regime – real ou intuída – dificultava a interpretação do edificado religioso como elemento promotor de transformação nos novos quadros urbano e social. A publicação em 2006 de resultados

* Arquitecto e investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo – CEAU-FAUP e colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa – CEHR-UCP.

¹ Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50* (Porto: FAUP publicações, 1997).

José Manuel Fernandes, «Arquitectura religiosa», em *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal*, ed. Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes (Universidade Católica Editora, 2000), pp. 11-41.

do Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal² reforçava aquela convicção, pouco avançando na divulgação de património religioso de expressões diversas em relação a estudos académicos contemporâneos e mais significativos nesta área³.

Pelo contrário, e como excepção, refira-se o contributo do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR) cujo trabalho granjeou um reconhecimento generalizado. Objecto de sucessivos estudos académicos⁴, o MRAR despertou interesse e, sobretudo através do estudo da obra de alguns dos seus protagonistas, permitiu colocar em relevo contributos significativos no campo da arquitectura religiosa. A nomes como Nuno Teotónio Pereira⁵, João Correia Rebelo⁶, Luiz Cunha⁷, devemos juntar os de Nuno Portas⁸ e Fernando

² IAPXX - *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal* (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006).

³ Alberto Jorge Estima, «Arquitectura Religiosa em Portugal na Época Contemporânea: 1936-1996 [Tese de Doutoramento em História da Arte, FLUP]» (Universidade do Porto, 2005).
Elisário Miranda, «Arquitectura e Liturgia em Portugal (1926-1974), [Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, EAUM]» (Universidade do Minho, 2005).

⁴ José Carlos Pereira, «O Movimento de Renovação da Arte Religiosa – O complexo paroquial do Sagrado Coração de Jesus», *Revista Arte e Teoria*, nº 1, 2000, pp. 111-131.
José Carlos Pereira, «O Movimento de Renovação da Arte Religiosa e o papel artístico e pastoral do seu Boletim», *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº 12, 2000, pp. 431-438.

Octávio Carmo, «Movimento de Renovação da Arte Religiosa: o espírito de uma experiência inovadora [Dissertação de Licenciatura, FTUCP]» (Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, 2002).

⁵ Ana Tostões (coord), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*, (Lisboa: Quimera, 2004).

⁷ João Paulo Martins, «A renovação da arquitectura religiosa», em *João Correia Rebelo um arquitecto moderno nos Açores* (Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2002), pp. 53-69.

⁷ Paulo Miranda (coord), «Luiz Cunha, Arquitecto/Artista/Professor – Architect/Artist/Professor», *Archinews*, edição especial 03, 2012. Publicação realizada por ocasião da entrega do seu espólio de arquitectura ao ISCTE-IUL.

⁸ *Ser urbano no caminho de Nuno Portas* (Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012).

Távora⁹ e os estudos de João Alves da Cunha conducentes à recente tese de doutoramento “O MRAR e os anos de ouro da arquitetura religiosa em Portugal no século XX” (FAUTL, 2014), publicada em 2015 pela Universidade Católica Editora. Para além da divulgação da dinâmica do movimento e do debate por ele gerado, o estudo permitiu enquadrar o MRAR na teia de movimentos ou organismos congéneres em diversos países europeus. Além disso, esta tese deu visibilidade a obras de outros membros do MRAR – especialmente João de Almeida, António Freitas Leal, Diogo Lino Pimentel e Erich Corsépius – ao mesmo tempo que divulgou um conjunto de obras dispersas de diversos autores que tinham sido objecto de discussão nos espaços criados pelo movimento.

Por sua vez Bernardo Miranda, com a tese de doutoramento “Liturgia e Arquitectura - pensar um lugar para a liturgia: o agguornamento como programa” (FAUP, 2014), contribui para, de forma complementar e partindo de experiências internacionais, relevar a importância e originalidade da experiência cristã para a organização contemporânea de novos espaço para o culto.

Por sua vez, as investigações no campo da História Religiosa Contemporânea focadas nas relações Igreja-Estado em Portugal, vieram permitir reconhecer tensões internas dentro duma Igreja nem sempre alinhada com a política ditatorial, que a tornariam força motora na transformação da sociedade moderna do período pré-democrático.

Fica claro que a tese que aqui se resume não é um trabalho isolado. Pelo contrário, tendo em conta múltiplas abordagens ante-

⁹ José Bandeirinha, ed., *Fernando Távora Modernidade Permanente* (Guimarães: Casa da Arquitectura, 2012).

Manuel Mendes, ed., *Sobre o «projecto-de-arquitetura» de Fernando Távora* (Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2015).

riores, procura centrar-se no estudo da arquitectura portuguesa e, a partir daí, contribuir para uma análise mais abrangente das formas de presença da Igreja entre os homens.

*“A acção começa na consciência.
A consciência, pela acção, insere-se no tempo.
Assim, a consciência atenta e virtuosa
procurará o modo de influir no tempo.
Por isso, se a consciência for atenta e virtuosa,
assim será ‘o tempo e o modo’.”*

Pedro Tamen (1960)¹⁰

Para este estudo foram considerados um conjunto de casos de estudo que, conjuntamente, permitem obter uma panorâmica bastante completa do modo como, para lá de questões litúrgicas e pastorais, a arquitectura religiosa se articula com o desenho urbano, contando com a participação das comunidades. Se em geral destaca o papel essencial da rede alargada de relações entre os protagonistas do debate, foi também possível identificar relações marcantes entre esses protagonistas e as próprias obras ou propostas. Ressaltam do estudo características distintivas da arquitectura religiosa portuguesa do período em análise. Desde logo a elevada qualidade dos resultados obtidos, muitas vezes aliás em soluções simples e económicas, pensadas até como temporárias, mas que permanecem a desafiar o tempo e a servir de testemunho, seja da evolução de uma visão de igreja-templo, a afirmar a presença da Igreja na Cidade, seja da alternativa de um espaço quase doméstico, familiar, mas também ao serviço das comunidades, da cidade.

¹⁰ Pedro Tamen, em Emmanuel Mounier, trad. e pref. de J. Bénard da Costa «O Personalismo», *O Tempo e o Modo*, nº 1 (1960), p. contracapa.

Entre 1950 e 1975, período marcado por um forte crescimento das cidades de Lisboa e Porto, muito à custa de populações desenraizadas, assistiu-se em Portugal a profundas transformações sociais que produziram mudanças significativas no tecido urbano. As soluções que identificámos em muitos dos estudos e projectos documentados na tese – uns construídos, outros não – resultaram da leitura atenta de cada situação concreta e da vontade dos autores de responder às necessidades identificadas. Os estudos realizados ao longo da tese foram permitindo perceber que nas encomendas da Igreja católica, com especial enfoque em Lisboa e Porto, a articulação da produção arquitectónica religiosa com as práticas urbanísticas foi profunda. De facto, aquela arquitectura não só reflectiu o seu tempo, como participou na transformação dessas cidades, contribuindo activamente para a discussão, configuração e qualificação de formas do espaço urbano moderno, conferindo-lhe identidade e, ao mesmo tempo, reafirmando a presença da igreja na cidade. As igrejas construídas procuraram dar resposta a problemas identificados e caracterizados, ajustando linguagens e programas aos diferentes contextos, sempre ao encontro duma ‘Arte Viva’, inteligível e ao serviço da comunidade – uma igreja para as pessoas.

O profundo conhecimento do debate internacional e da reflexão em torno do papel da arte, bem evidenciados em documentos do magistério, e o seu confronto com igrejas projectadas e construídas em Portugal, permitiram-nos abrir perspectivas de investigação futura em torno de algumas incompreendidas obras de arquitectura religiosa então produzidas. Ao longo de todo o período estudado encontrou-se uma grande diversidade de situações na produção de arquitectura religiosa. Nalguns casos, em resultado da experimentação e da conjugação de novas linguagens, técnicas construtivas ou programas, surgiram propostas ‘híbridas’, difíceis de situar no quadro de referência da arquitectura moderna, mesmo reconhecendo

que esse quadro é progressivamente mais aberto. Os próprios textos da hierarquia que fundamentaram o discurso sobre a ‘Arte Viva’ num quadro de modernidade permitiram, curiosamente, entender a aceitação da possível diversidade como resposta às especificidades de cada comunidade e lugar. Sem pôr em causa o justo valor da tradição no contexto da produção de igrejas, apelava-se afinal à procura da expressão moderna que não fosse mera manifestação dum estilo, mas antes fruto da vida e obra das comunidades.

A investigação levada a cabo permitiu perceber que as primeiras preocupações a motivar os jovens organizadores do ‘grito’ que foi a Exposição de Arquitectura Religiosa Contemporânea em S. Nicolau (Lisboa, 1953) se centraram na expressão moderna das componentes funcional e construtiva dos edifícios religiosos. Contudo, a interacção com as estruturas eclesiais, mais atentas à sociologia e ao seu papel de instrumento da pastoral, viria a tornar a integração urbana, tanto em aldeias como em cidades, tema central do debate arquitectónico que acompanhou a ascensão e vida do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR).

A par das transformações espoletadas pelo movimento de renovação litúrgica, a que aderiu o MRAR, o projecto de igrejas ao longo do período em análise passou progressivamente a ser encarado também como problema urbanístico, levando a uma necessária política de planeamento e coordenação territorial. A isso não foram indiferentes as lideranças eclesiásticas que traçariam diferentes planos de acção nos territórios sob sua jurisdição. Note-se que também a própria renovação litúrgica, dialecticamente marcada pelos processos paralelos de *aggiornamento* e de *ressourcement*, conduziria a uma progressiva tomada de consciência do valor da comunidade. E isto num período em que novas e diferentes comunidades se organizavam em novas paróquias. É interessante notar que, nos contextos do estudo aqui apresentado, a palavra paróquia readquiriu o

sentido do original grego ‘paroika’, remetendo para a comunidade dos que partilham a mesma condição de ‘ser estrangeiro’ num território de limites físicos indeterminados, não forçosamente reduzido à vizinhança territorial limitada e centrada na igreja paroquial. A par disto, o processo de inculturação da população na cidade não poderia ficar alheio à tensão da dicotomia entre mundo rural e mundo urbano.

Do confronto dos novos modelos de vida urbanos com formas diversas de religiosidade viria a resultar um quadro de paróquias de características novas: comunidades de ‘estrangeiros’ em territórios da periferia que se urbanizavam – de forma ora planeada, ora improvisada –, assistidas muitas vezes por ordens religiosas que ali se instalavam, conforme documentámos a partir de diferentes projectos de áreas residenciais de Lisboa ou do Porto; comunidades de ‘prisioneiros’ nos bairros clandestinos da capital e no centro da envelhecida cidade do Porto; comunidades sem território, populações não residentes que viviam a cidade terciária ou as suas zonas de ensino.

Percebeu-se o esforço colocado no dimensionamento das novas comunidades, na procura de um justo equilíbrio das suas estruturas naturais, reconhecendo fronteiras territoriais, físicas e sociais. Estabeleceram-se em geral grupos socialmente homogéneos com dimensão da ordem dos dez mil habitantes – um valor médio de referência e muitas vezes ajustado, dado a escassez do clero diocesano. Preferencialmente as (novas) igrejas situar-se-iam nos ‘centros de gravidade’ para onde convergia a população, tendo como referência a distância possível de percorrer num trajecto de 10 minutos a pé. Esse trabalho seria validado por estudos e inquéritos de sociologia religiosa, curiosamente num período em que semelhantes práticas se aplicavam também ao campo da arquitectura.

Note-se que a discussão por detrás da caracterização das comunidades, seu dimensionamento e escala ideal, ia ao encontro do

debate internacional em torno das relações de vizinhança, da progressiva miscelanização social, da orgânica da cidade em busca de um novo humanismo, em plena revisão do movimento moderno.

Nas grandes urbanizações da área metropolitana de Lisboa, em forte crescimento na década de 1960 e já marcadas por um quadro de mobilidade, o equipamento religioso foi considerado no respectivo planeamento e integrado nos novos centros, pensado portanto como propulsor da própria vida da comunidade. A arquitectura religiosa moderna participava assim na criação de um lugar de relação entre pessoas, contribuindo para a imagem e identidade comunitária dos novos aglomerados habitacionais. Porém, em especial na periferia, os novos centros planeados, ou componentes deles, tardaram muito a ser concretizados, como foi o caso da urbanização Solária, em Carnaxide. Entretanto, as igrejas-templo, monumentais, que integravam os planos desses centros foram dando lugar a igrejas à medida das comunidades a que se destinavam – igrejas de serviço, de acolhimento.

Da prática sedimentada de ‘uma igreja por bairro’, passava-se a uma política territorial integrada e coordenada à grande escala. Se o cenário é em geral diversificado, muito mais diferentes se revelaram as respostas da Igreja nas dioceses de Lisboa e do Porto. Assim, enquanto na capital a coordenação ficava a cargo do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado (1961), que trabalharia em articulação com os Municípios – uma prática não por acaso influenciada pela experiência homóloga de Bolonha –, no Norte evoluiu-se através dum processo, aparentemente menos estruturado, que valorizava muito a participação activa das pequenas comunidades na construção de uma ‘família maior’ e do bem comum, ou seja, na construção da Cidade.

No Porto, herdeiro de uma tradição de burguesia atenta à questão social, foi de especial relevo o papel e as tomadas de posição

de alguns protagonistas, tanto pertencentes às elites governativas da cidade como ao meio eclesiástico, que, conjuntamente, outorgaram à Igreja um lugar na Cidade. A par das igrejas que foram sendo construídas na periferia, para responder a necessidades da população trabalhadora – comunidade piscatória na Afurada, ou comunidade industrial na Senhora da Hora –, pouco tratadas ainda pela historiografia, mas que bem merecem ser aqui relevadas, também no centro identificámos exemplos que, não respondendo estritamente a apelos de ordem pastoral, problematizaram a integração de novo edificado junto de construções pré-existentes – Cedofeita é disso exemplo.

Enquanto em Lisboa se destaca um plano gizado à grande escala e concertado entre entidades estatais, promotores privados e a Igreja, em contraponto no Porto merecem enfoque pequenas iniciativas com impacto significativo na vida das comunidades – atente-se, por exemplo, na capela-tipo desenhada pela Câmara Municipal para construir junto a bairros camarários onde a Igreja prestava assistência social.

O apuramento do programa da igreja paroquial, na constante procura do equilíbrio face à necessidade de integrar espaços de natureza litúrgica e pastoral, traduzindo as especificidades da acção da Igreja perante os desafios de cada momento e circunstância, tornou-se uma evidência ao olhar para todo o período que foi objecto deste estudo.

Merece aqui estabelecer-se um paralelo entre a experiência da Igreja em Portugal no período em análise e a reconstrução centro europeia das décadas de 1940 e 1950, que exigira a adopção de programas abrangentes perante um cenário de destruição. No contexto português foram as carências de equipamentos colectivos e de espaços de socialização, tanto nas periferias como no mundo rural, associadas à vontade de recristianizar as massas e lhes proporcionar

uma vivência humana integral, que conduziram ao estabelecimento de estruturas com programas abrangentes e atraentes. Pouco a pouco, a igreja templo foi dando lugar à igreja casa da comunidade – o centro paroquial, complexo animado por uma forte dinâmica pastoral, obras sociais, catequese, movimentos de leigos e espaços abertos a actividades de recreação. O centro paroquial procurou, assim, ser expressão construída de modelos de vida comunitária que se propunham como pequenos centros cívicos.

A premência de tais centros paroquiais levaria a construir grandes complexos sobredimensionados – nalguns casos bem para lá da real capacidade económica das próprias comunidades promotoras. Por outro lado, a densificação do pensamento saído do Concílio Vaticano II conduzia ao aprofundamento da especificidade do programa religioso e do modo de presença da Igreja no Mundo, suscitando soluções mais ajustadas aos novos quadros urbano e social, em rápida mutação e marcados pela instabilidade do final da década de 1960 e início da de 1970. As sucessivas propostas para o centro paroquial de S. Sebastião da Pedreira ilustram especialmente bem, com a igreja a procurar a sua integração na cidade através da participação, a par de outros equipamentos e serviços, num dos fulcros da vida urbana servido por um completo sistema intermodal de transportes que o afirmaria à escala metropolitana.

As expressões arquitectónicas encontradas são bem diversas: ora aparecem fragmentadas – destacando e hierarquizando os diferentes elementos do programa –, ora unificadas – concentrando todo o programa sob um mesmo tecto e reforçando a unidade do conjunto –, ora ainda explorando modelos de polivalência e multifuncionalidade. Estas soluções constituem umas vezes sistemas abertos e permeáveis, que convidam a uma maior integração na rede de espaço público, outras vezes são sistemas fechados que se encerram para a cidade, criando um espaço autónomo e voltado

para o interior, como nas propostas vencedoras das novas igrejas da Damaia e de Olivais Sul. Ambas são cuidadosas escolhas resultantes de concursos elaborados em colaboração com o Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado (SNIP), nos quais era confiado ao arquitecto um papel prospector na formulação do próprio programa. Apesar de nunca terem tido a projecção e a visibilidade dos concursos do Sagrado do Coração de Jesus ou da Sé de Bragança, esses concursos são fulcrais para a compreensão do debate da Igreja na Cidade, ou seja, do lugar e da função do equipamento religioso entendidos em sentido lato. Sublinhe-se que nem sequer o emblemático grande Complexo do Sagrado Coração de Jesus resulta de um mero concurso isolado de sucesso. Ele é sim, simultaneamente, meta de um processo longo do estudo integrado das respostas pastoral e urbanística, e ponto de partida para outras novas pesquisas e programas mais ajustados a reais necessidades e condicionalismos. Trata-se de um exemplo que demonstra bem que a arquitectura religiosa portuguesa moderna não é uma colecção de casos singulares isolados, mas antes a resultante de um processo integrado de reflexão e maturação em torno de um conjunto diversificado de obras.

Muito seria diferente, porém, se não tivesse surgido o SNIP, uma estrutura cuja acção bem se pode avaliar pela amplitude, projecção e campo de acção dos trabalhos conduzidos ao longo de mais de cinquenta anos. Trabalhando tanto em território urbano, como nas periferias e em meios rurais, as suas obras constituíram laboratórios para a realização de experiências pioneiras no campo da arquitectura religiosa, um pouco por todo o país. Este sucesso não é certamente alheio à intensidade e qualidade dos contactos internacionais mantidos, particularmente ao longo da sua primeira década de funcionamento. A divulgação dos trabalhos conduzidos pelo SNIP através das diversas publicações que o próprio Secretariado lançou ou nas quais participou, a par da criação do pioneiro 'Progra-

ma de construção de novas igrejas’, que foi objecto de debate no espaço do MRAR, demonstram a postura pedagógica que pautou a acção daquele organismo, único no país, junto das comunidades que serviu. Por tudo isto, o legado deste influente organismo merecerá ser objecto de estudo futuro mais aprofundado, dando continuidade a trabalho já iniciado.

Capelas provisórias, capelas-salão, igrejas instaladas em rés do chão de blocos habitacionais, são exemplos de programas diversos explorados de Norte a Sul do país, que surgem associados a variadas estratégias de descentralização e disseminação das estruturas paroquiais, mais ou menos tradicionais. Em muitos casos trata-se de conquistar o lugar possível, quando outro já não aparece expressamente reservado nos planos, face a um contexto social progressivamente mais secularizado. Somam-se-lhes as intervenções no património arquitectónico existente que, para além dos centros paroquiais, completam um amplo leque de oferta de espaços de grande e pequena escala, para a comunidade e para o indivíduo.

Marca identitária do próprio espaço de culto, a comunidade é sem dúvida tópico central na discussão da arquitectura religiosa. A análise do ensaio crítico ‘Programas e Arquitectura’ de Pedro Vieira de Almeida (1968) revelou-nos, porém, uma postura desfavorável à tendência dominante em privilegiar a função litúrgica celebrada em comunidade. Pelo contrário, parece essencial uma leitura mais alargada da função do edifício religioso que contemple a possibilidade da fruição individual, como espaço de reflexão e silêncio, características reclamadas para os lugares de oração contemporâneos. Além disso, os diferentes tipos de maleabilidade (de construção e de utilização), a importância do ‘espaço-perdido’, a recuperação da fachada – tão importante na afirmação da presença urbana – eram temas de projecto que, não sendo exclusivos do campo religioso, contribuíam

para o debate arquitectónico alargado. Não admira por isso que no início da década de 1970, já após a dissolução do MRAR, a produção e o debate da arquitectura religiosa continuasse a lançar desafios de discussão importantes para a disciplina, bem para lá dos temas de discussão especificamente litúrgicos que, a par da adopção de linguagens modernas, são repetidamente reconhecidos pela nossa historiografia.

Os estudos realizados para a tese aqui resumidamente apresentada permitiram ainda perceber que a renovação da arquitectura religiosa moderna portuguesa não se limitou à acção directa do MRAR e do SNIP, havendo que dar o devido relevo a toda uma teia de relações que terá, obrigatoriamente, de ser considerada em estudos futuros. A partir dos percursos de arquitectos ligados à Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), foi possível identificar momentos chave ilustrativos da diversidade e complementaridade de abordagens que decisivamente contribuíram para a renovação da arquitectura religiosa. Desde logo, em 1953, a audácia da proposta de Carlos Ramos, concertada com a Casa dos Pescadores e a Igreja diocesana do Porto, para a adaptação de um armazém a capela – curiosamente, um exercício de aplicação prática dos valores ‘pureza, verdade, pobreza, paz’ que, quase simultaneamente, estavam a ser reclamados em Lisboa na exposição na galeria de S. Nicolau. O acolhimento dessa exposição na ESBAP explica as propostas de trabalho lançadas em anos subsequentes por Octávio Lixa Filgueiras e Fernando Távora que, espelhando a prática individual de atelier e a sua crescente preocupação social, eram reveladoras da grande proximidade, afinidade e conhecimento profundo do debate alargado em torno da arquitectura religiosa, em que ambos participariam. É também de notar a importância do debate internacional no âmbito dos CIAM, onde era dada grande importância às questões da vida em comunidade e da participação. Ora, apesar dessas questões não

serem geralmente relacionadas com a dimensão religiosa, elas coexistiam na reflexão e prática desses dois arquitectos.

Sendo a ESBAP espaço privilegiado de formação de arquitectos e de crítica de projectos, identificámos no seu corpo docente das décadas de 1950 e 1960 uma insuspeitada e profunda familiaridade com as questões que nos propusemos abordar. Sem surpresa, isso viria a marcar o trabalho individual de alunos ali formados nesse período, entre eles personalidades como Fernando Abrunhosa de Brito, Luiz Cunha e Álvaro Siza, mas igualmente outros cujo trabalho no campo da arquitectura religiosa permanece menos conhecido e valorizado. O legado de Agostinho Ricca, também ele aluno e docente da ESBAP, neste campo é especialmente significativo do valor da autonomia da disciplina. Fruto de um investimento pessoal contínuo na formação e actualização, curiosamente realizado à margem das plataformas de discussão da arquitectura religiosa moderna portuguesa, o trabalho de Ricca revela uma capacidade invulgar de produzir obras de superior qualidade, em que urbanismo, arquitectura e arte coexistem ao serviço das comunidades e indivíduos que visam acolher.

A diversidade das soluções que abordámos na tese, dos planos à grande escala até às pequenas obras participadas, faz-nos perceber uma permanente e teimosa procura do equilíbrio entre o programa – de serviço à comunidade e de acolhimento ao indivíduo – e a arte viva, capaz de convocar à contemplação e ao silêncio. Por razões diferentes, cada um dos casos aqui seleccionados, necessariamente escassos, é significativo por si só. Não sendo exemplos únicos, são certamente capazes de, no seu conjunto, dar uma panorâmica bastante completa, tanto da reflexão sobre a arquitectura religiosa em Portugal no período em análise, como dos processos que levaram à implantação das obras. Como tal, serão certamente úteis como exemplo de tantos dos aspectos mais relevantes que fomos identi-

ficando ao longo do trabalho: significantes quer da teoria, quer da prática; da relevância dos dirigentes, responsáveis ou promotores, como da participação das pessoas anónimas das comunidades que os edifícios visavam servir; da discussão acerca da funcionalidade, como das respostas às necessidades e preocupações das comunidades - tudo condicionalismos que moldaram a implantação das novas construções religiosas em Portugal no terceiro quartel do séc. XX e, com isso, contribuíram para a definição do que é hoje a Igreja na Cidade.